



"Elas por elas": educação jurídica popular e direito das mulheres

Fernanda Andrade Almeida¹

faalmeida@id.uff.br

Larissa Batista Franco²

laribafranco01@gmail.com

1 Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). Professora Adjunta de Teoria do Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Projeto de Extensão "Elas por Elas: direito das mulheres em pauta" (Edital PROEX/UFF 2019)

2 Graduanda do Curso de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), Bolsista de Extensão do Projeto "Elas por Elas: direito das mulheres em pauta" (Edital PROEX/UFF 2019)

RESUMO

O projeto de extensão “Elas por Elas” foi criado em 2018, no âmbito do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense (Câmpus Macaé). Dentro de uma perspectiva de Educação Jurídica Popular, a ação extensionista tem como escopo o desenvolvimento de um curso de formação e capacitação em direito das mulheres para líderes comunitárias e outras mulheres residentes no Município de Macaé (RJ), para que elas possam, posteriormente, atuar como multiplicadoras desse conhecimento em suas comunidades. O presente artigo tem como objetivo apresentar o projeto “Elas por Elas”, suas referências teóricas e metodológicas, bem como os resultados da atividade no ano de 2019. Para tanto, utiliza a pesquisa bibliográfica e a análise de documentos produzidos pelas próprias participantes do curso durante a atividade extensionista. Conclui-se pela importância do projeto, bem como de outras atividades de educação jurídica popular, para a formação de redes de informação sobre os direitos das mulheres.

Palavras-chave: Direito das Mulheres. Extensão Universitária. Educação Jurídica Popular.

ABSTRACT

The extension project “Elas por Elas” was created in 2018, in the Law School at Federal Fluminense University (Macaé Campus). From a popular education perspective, the extension action has in its scope the development of a training and capacity course in Woman’s Right for community leaders and other women residents of Macaé (RJ) municipality, so they can, subsequently, act as knowledge multipliers in their communities. This article aims to present the project “Elas por Elas”, its theoretical and methodological references, and the results of the activity in the year 2019, as well. For this purpose, it uses bibliographic research and the analysis of documents produced by the course participants themselves during the course activity. It concludes by the importance of the project, as well as other activities of popular legal education, for the formation of information networks on women's rights.

Keywords: Border. School library. Collection. Interculturality.

1 Introdução

O projeto de extensão “Elas por Elas” surgiu em 2018, no âmbito do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense (Câmpus Macaé), com o objetivo de desenvolver um curso de formação e capacitação em direito das mulheres destinado ao público feminino residente em Macaé, município localizado no norte do estado do Rio de Janeiro. Com a criação da ação, a equipe extensionista visava, através de metodologias diversas e de uma linguagem acessível, aproximar o direito da população e permitir uma troca de saberes entre a universidade e a comunidade.

A atividade de extensão – que ainda está em andamento – tem como público-alvo líderes comunitárias e outras mulheres do município macaense que tenham interesse em aprender sobre direito das mulheres para, posteriormente, atuar como multiplicadoras desse conhecimento em suas comunidades (em seus bairros, nas associações de moradores, igrejas, locais de trabalho e mesmo no âmbito das relações familiares e de amizade). A proposta das extensionistas consiste em implementar um espaço propositivo de diálogo com o público-alvo, repensando a condição da mulher e promovendo o engajamento em busca da igualdade de gênero.

O projeto parte da concepção de que a informação é uma ferramenta importante para o acesso à justiça e para a garantia de direitos. No caso específico de questões de gênero, compreende-se que a disseminação desses saberes é fundamental para o avanço na luta por igualdade de direitos, bem como para a redução da violência doméstica e ampliação da presença de mulheres nos espaços de poder e de decisão.

Além disso, também existe o anseio de contribuir para a formação acadêmica das estudantes da UFF participantes do projeto, através de uma ação que permita articular Ensino, Pesquisa e Extensão, e promover a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade.

Parte-se então da ideia de que a extensão não é um simples “apêndice” dentro do tripé Ensino-Pesquisa-Extensão. Por isso, ela não pode ser tratada como algo acessório, eventual e voluntário. Isso significa repensar o lugar da extensão, considerando-a um elemento fundamental na formação do aluno (DEMO, 2001).

A primeira edição do curso de formação e capacitação em direito das mulheres foi realizada na Cidade Universitária de Macaé, em setembro e outubro de 2018, organizada pelas extensionistas do curso de Direito da UFF. Na ocasião, parte da equipe do Centro Especializado de Atendimento à Mulher Pérola Bichara Benjamim (CEAM) – vinculado à Coordenadoria Geral de Políticas para as Mulheres de Macaé – se inscreveu para participar da atividade. Ao final dos encontros, e a partir das trocas de ideias entre as componentes

dos dois grupos, ficou evidente a importância de associar as duas frentes (Universidade e Prefeitura de Macaé) para que os projetos que estavam sendo feitos por ambas as equipes pudessem ser desenvolvidos com maior eficácia. Surgiu, assim, uma parceria que, atualmente, se materializa através de dois importantes projetos na cidade ("Elas por Elas" e "Maria da Penha nas Escolas").

O objetivo do artigo consiste em apresentar os resultados da segunda edição do curso "Elas por Elas", realizada em 2019, no Centro de Educação Tecnológica e Profissional (Cetep) do município. Como anteriormente informado, a ação extensionista ainda está sendo desenvolvida na cidade de Macaé, e a terceira edição do curso está prevista para ser realizada no segundo semestre de 2020.

2 Metodologia

2.1 A educação jurídica popular na extensão universitária: a proposta de uma pedagogia libertadora

As ideias de gênero provêm de uma construção histórica, levando a posicionamentos motivados pelas relações de poder, que causam danos físicos, psicológicos e sexuais às mulheres. A violência se agrava quando se pensa nas classes sociais mais desfavorecidas, que geralmente não possuem acesso à educação e à justiça.

Políticas públicas se mostram fundamentais para a luta pelos direitos das mulheres, de forma a combater a desigualdade. Com esse viés, o projeto de extensão apresentado procura construir um espaço que facilite o diálogo, e onde o conhecimento empírico de cada uma seja valorizado.

A luta pela desconstrução de uma sociedade patriarcal inclui a necessidade de se pensar na construção de uma outra sociedade, mais igualitária. Nesse processo de se fazer algo novo, a emancipação das mulheres é fundamental para que se dissemine a ideia a favor da equidade.

O projeto Elas por Elas busca fugir da perspectiva "instrucionista", a que principalmente mulheres muitas vezes são submetidas, reafirmando o protagonismo que cada uma exerce na sua própria vida, e que muitas vezes é perdido em históricos de submissão. Procura-se, nesse sentido, dar voz às mulheres que participam do projeto, compreendendo-as como sujeitos ativos na busca de seus direitos.

A ação extensionista apresentada, dentro de uma perspectiva de Educação Jurídica Popular, objetiva articular o conhecimento produzido academicamente com aquele produzido pela comunidade, compreendendo que a extensão não pode ser algo imposto verticalmente, mas sim uma troca de saberes. Assim, o projeto pretende reforçar o intercâmbio entre saber sistematizado e saber popular, se valendo, para tanto, dos ensinamentos de Paulo Freire (1983).

No mesmo sentido, aponta Bell Hooks (2017) que o uso de uma estratégia pedagógica que aproxime o conhecimento que vem da experiência dos alunos e alunas, de forma não-hierárquica, com outras formas de conhecer, principalmente o teórico-acadêmico, contribui para que haja menos silenciamento, além de abrir um caminho para uma troca de conhecimento que subverte as hierarquias sociais. Nesse sentido, a autora conclui que os alunos se sentem mais dispostos a participar de um debate em sala de aula quando eles têm uma relação direta com o tema apresentado (HOOKS, 2017).

Para Hooks (2017), a política de raça e sexo do patriarcado da supremacia branca dá aval para que homens brancos ocupem espaços de fala de forma natural e se sintam com autoridade, acreditando que suas experiências são mais importantes que as de seus colegas de classes que advêm de minorias sociais. Portanto, é preciso que a pedagogia do(a) professor(a) seja libertadora, caso contrário os(as) estudantes competirão pela valorização e pela voz em sala de aula, reproduzindo assim as hierarquias sociais.

Quanto à Educação Jurídica Popular, destaque-se que ela pode contribuir para ampliar o debate social sobre o direito, bem como para aumentar a capacidade de intervenção popular nesse campo (SILVA, 2008). Ademais, pode minimizar os efeitos nocivos que o desconhecimento do direito causa.

O projeto "Elas por Elas" foi elaborado tendo como referência teórica e metodológica a linha de pensamento do projeto "O direito achado na rua", que existe desde a década de 1980 na Universidade de Brasília (UnB). "O direito achado na rua" tem como objetivo a luta por justiça e por direitos, a partir de uma reflexão que emana da própria práxis social. Esta abordagem visa superar a separação entre teoria e prática, compreendendo que uma não pode existir sem a outra. Outro elemento fundamental dessa perspectiva é a interdisciplinaridade, rejeitando-se a visão hierarquizada e compartimentada dos saberes disciplinares (SOUSA JUNIOR; APOSTOLOVA; FONSECA, 2011).

O projeto também se inspirou na experiência das Promotoras Legais Populares (PLPs) que, desde a década de 1990, desenvolvem atividades em todo o País, principalmente no estado de São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Trata-se de uma perspectiva que busca a Educação Jurídica Popular de

mulheres, proporcionando às participantes dos cursos um espaço ativo de fala, com o objetivo de capacitá-las para atuarem na defesa dos direitos femininos e na transformação da realidade social. Os cursos de formação e capacitação possuem especificidades de acordo com o contexto. Em geral, contam com a participação de estudantes, professoras universitárias e advogadas, além de outras profissionais da área jurídica. As diversas experiências das PLPs possuem o apoio de universidades, Núcleos de Práticas Jurídicas, movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), Centros de Referência da Mulher, Defensorias Públicas etc. (SOUSA JUNIOR; APOSTOLOVA; FONSECA, 2011).

A proposta das Promotoras Legais Populares afasta-se da forma tradicional de educação, na medida em que pretende construir um espaço de diálogo e reflexão, onde o conhecimento não seja imposto, mas compartilhado. Ademais, os diversos conhecimentos são problematizados a partir de um recorte de gênero (SOUSA JUNIOR; APOSTOLOVA; FONSECA, 2011).

A ação das PPLs configura-se como uma ação afirmativa de gênero. Nesse sentido, visando superar uma injustiça social culturalmente construída, o projeto permite que apenas mulheres possam participar do curso de formação. Além disso, o curso é pensado a partir de uma metodologia que possibilite o empoderamento das mulheres e a socialização de conhecimentos. Valorizam-se, nesse sentido, não apenas o conhecimento acadêmico e o saber técnico-jurídico, mas também os saberes populares provenientes da experiência e da vida cotidiana (SOUSA JUNIOR; APOSTOLOVA; FONSECA, 2011).

Destaque-se que as Promotoras Legais Populares procuram criar uma rede de informações sobre o direito das mulheres, com a expectativa de que as participantes do curso de formação atuem como multiplicadoras, levando o conhecimento sobre os direitos para um número cada vez maior de mulheres, e atuando especialmente nas regiões onde residem (SOUSA JUNIOR; APOSTOLOVA; FONSECA, 2011).

2.2 "Elas por Elas": descrição dos métodos utilizados na atividade extensionista

Tendo como referência as estratégias pedagógicas e metodológicas já apontadas, o projeto Elas por Elas desenvolveu-se, no ano de 2019, a partir das etapas e métodos descritos a seguir.

Inicialmente, foram organizados grupos de estudo com a equipe executora do projeto, para que as extensionistas pudessem desenvolver as habilidades teóricas e práticas necessárias para a realização da segunda parte do projeto. Nesta fase preparatória, foram debatidos temas como extensão universitária, educação jurídica popular, direito das mulheres etc., a partir de uma perspectiva dialógica.

Em um segundo momento, foram elaborados os encontros do curso de formação e capacitação em direito das mulheres. Tendo em vista que o objetivo não era a formação técnica do público-alvo, os conteúdos foram pensados a partir de uma linguagem acessível, que permitisse a apropriação do saber jurídico pelas participantes do curso.

Durante a execução do curso, o “instrucionismo” foi substituído por um método dialógico, e recursos pedagógicos diversos foram utilizados no processo. O método pedagógico coletivo levou em conta as particularidades e complexidades das participantes, sujeitas ativas de sua emancipação.

Conforme explicado anteriormente, o projeto inspirou-se na experiência do Curso de Formação de Promotoras Legais Populares. Sendo assim, foram priorizados debates, vivência, vídeos, dinâmicas de grupo e exercícios de sensibilização.

No início de cada encontro havia uma exposição didática do tema por uma convidada – especialista/estudiosa do tema ou profissional da área - com o único intuito de estimular o debate que viria em seguida, sem estabelecer qualquer hierarquia entre as falas.

Como método de avaliação do projeto, foi criado um questionário on-line, sendo este disponibilizado via plataforma do Google, para que as participantes pudessem fazer sugestões e críticas, bem como relatar sua experiência com o curso, de forma anônima. O questionário – bem como o feedback das participantes – será apresentado adiante.

A equipe executora do projeto permaneceu atenta aos possíveis erros e equívocos metodológicos, considerando a presença de novos aspectos que foram surgindo durante a execução do projeto. Vale destacar que, a cada encontro, tivemos a possibilidade de acumular experiências, o que permitiu uma maior integração, bem como um aprimoramento constante da metodologia.

Para cumprir esse objetivo, executamos o seguinte planejamento: i) organização e catalogação das obras numa planilha eletrônica e posteriormente no software PHL; ii) elaboração do projeto do espaço físico da biblioteca, de acordo com o espaço da escola e conforme as especificações do público participante, nos quais aspectos culturais, pedagógicos e de acessibilidade vão ser eixos fundamentais para o prosseguimento do projeto; iii) por último, fizemos uma análise dos dados, de acordo com os critérios propostos na fase de catalogação e tabulação.

Esse mesmo procedimento foi executado na Escola Rural 722 - Eduardo Horacio Arrabal, em Puerto Iguazú, Argentina. No entanto, o presente artigo terá como objetivo apresentar o desenvolvimento da experiência de pesquisa-ação na escola brasileira.

3 Resultados e discussão

A partir de um breve resgate histórico da condição feminina brasileira pode-se observar como as mulheres foram excluídas do espaço público e de tomada de decisões da sociedade, assim como desconsideradas enquanto cidadãs ativas (PINTO, 2003).

O patriarcado é um dos pilares que fundamentam a forma de organização da nossa sociedade, agindo enquanto estrutura que determina a soberania dos valores masculinos sobre os femininos, e se expressa através de relações de poder, as quais se exercem por mecanismos de controle social que oprimem e marginalizam as mulheres (SABADELL, 2017).

A educação é vista como um importante processo de socialização, necessário para a inserção do indivíduo na vida social, sendo esse processo também caracterizado pela transmissão de valores e símbolos que reforçam as estruturas sociais vigentes, que extrapolam o ambiente acadêmico e serão reproduzidos na vida social como um todo, inclusive na profissional (ZAIDMAN, 2009). Assim, os ditames do patriarcado também perpassam os processos educacionais das mulheres e homens, podendo afetar como os sujeitos se comportam e falam, construindo símbolos e estereótipos, bem como determinando a forma com que as mulheres são tratadas nos espaços públicos e privados.

Em contrapartida com o status quo da sociedade, diversas foram as mulheres que se organizaram para combater machismo, garantir seus direitos e criar condições para emancipação feminina, a fim de construir uma sociedade com igualdade entre os gêneros.

Devido à onda de mobilizações femininas no Brasil e no mundo deu-se um crescimento acentuado de políticas públicas contra a discriminação de gênero, e o debate sobre a disparidade de condições entre homens e mulheres na sociedade tomou proporções maiores. Assim, um fator importante para a própria existência dos direitos humanos é a auto-organização das mulheres e suas lutas dentro das instituições ou nas ruas (SOUSA JUNIOR; APOSTOLOVA; FONSECA, 2011).

É válido ressaltar que, mesmo em um cenário de conquistas de direitos femininos, ainda existem entraves para obtenção de maior equidade entre os gêneros como, por exemplo, o machismo das instituições, o alto número de violência de gênero, a dupla jornada exaustiva de trabalho e o fato das mulheres desconhecerem seus direitos ou não se reconhecerem enquanto sujeitos de direito.

O acesso à Justiça constitui um desafio para determinados grupos sociais, incluindo as mulheres, visto que, mesmo que possam acionar o Judiciário, rompendo as “barreiras externas” ao acesso, esbarra-se muitas vezes em “barreiras internas”. Ou seja, os obstáculos ao acesso à justiça se referem à falta de condições reais (culturais, econômicas, sociais, psicológicas) tanto para ingressar no sistema de Justiça quanto para conseguir obter uma “igualdade de armas” no processo judicial. Isso decorre do fato de que a própria estruturação do ambiente do Poder Judiciário reforça hierarquias sociais excludentes. Assim, conhecer o linguajar técnico do direito e seus ritos ainda constitui um privilégio de classe, raça e gênero (FULLIN, 2013).

As ações afirmativas de gênero cumprem um papel importante nesse processo, já que atuam de forma a criar redes de defesa de direitos e tornam as mulheres agentes de transformação, tanto individual quanto coletivo (SOUSA JUNIOR; APOSTOLOVA; FONSECA, 2011). Sendo assim, é um dos caminhos a serem trilhados na ampliação do acesso à justiça e construção de uma sociedade mais igualitária.

Nesse sentido, o curso "Elas por Elas" foi desenvolvido para ser um espaço de voz ativa e troca de saberes, guiado pelos princípios da educação jurídica popular e pelo método dialógico, a fim de formar mulheres que se tornem multiplicadoras e defensoras dos direitos das mulheres.

Os encontros da edição de 2019 ocorreram nos meses de setembro e outubro, sempre às quintas-feiras, no período noturno, totalizando sete encontros.

O curso foi sediado no Centro de Educação Tecnológica e Profissional (Cetep) – instituição de ensino municipal que oferece cursos profissionalizantes –, localizado no Centro da cidade de Macaé. A escolha pela região central do município objetivou facilitar o acesso ao curso, possibilitando que mais mulheres pudessem participar. Além disso, o Cetep representa um espaço importante de educação para a população macaense, sendo conhecido e referência no ensino profissionalizante municipal.

As temáticas abordadas foram estipuladas pela equipe executora do projeto, que optou por temas que estão presentes no dia a dia de todas as mulheres, mas sem perder de vista a diversidade existente entre elas. Os temas abordados na edição de 2019 do curso foram: mulher e seu lugar na sociedade; a história da luta das mulheres brasileiras; direitos sexuais e reprodutivos e o acesso à saúde; violência contra a mulher e relações familiares; divisão sexual do trabalho; mulheres e a educação como prática da liberdade e mulher e a desigualdade racial.

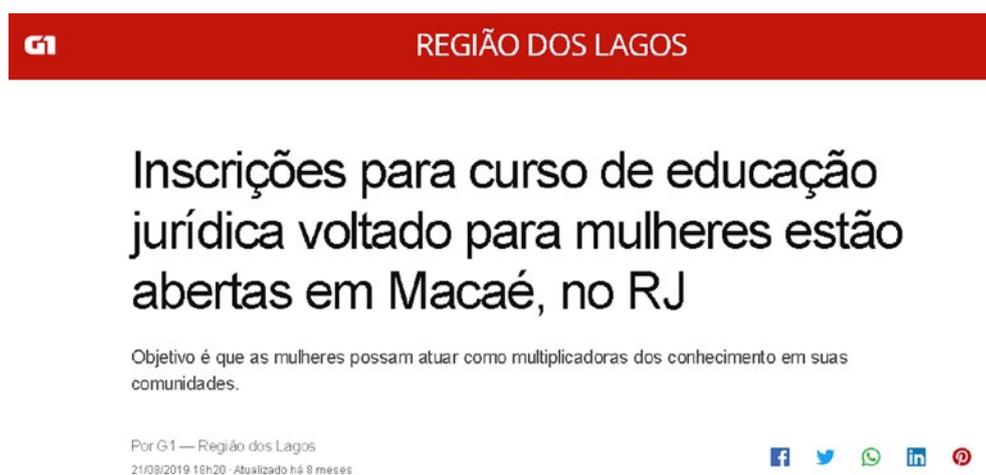
A divulgação foi feita através de meios de comunicação digitais, como a conta no Instagram criado pela equipe executora (@proj.elasporelas), o Instagram e website da Prefeitura de Macaé e o portal de notícias “G1” da Região dos Lagos, bem como por meios físicos, como o jornal local “O Debate”. Além disso, foram enviados ofícios para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município. A divulgação incluiu, ainda, panfletagens nas praças da cidade e contatos com associações de moradores.

Figura 1: Notícia sobre o curso publicada no Jornal “O Debate”



Fonte: Jornal O Debate (Edição de 24, 25 e 26 de agosto de 2019).

Figura 2: Notícia sobre o curso publicada no portal de notícias G1/ Região dos lagos



Fonte: G1/Região dos Lagos (21/08/2019).

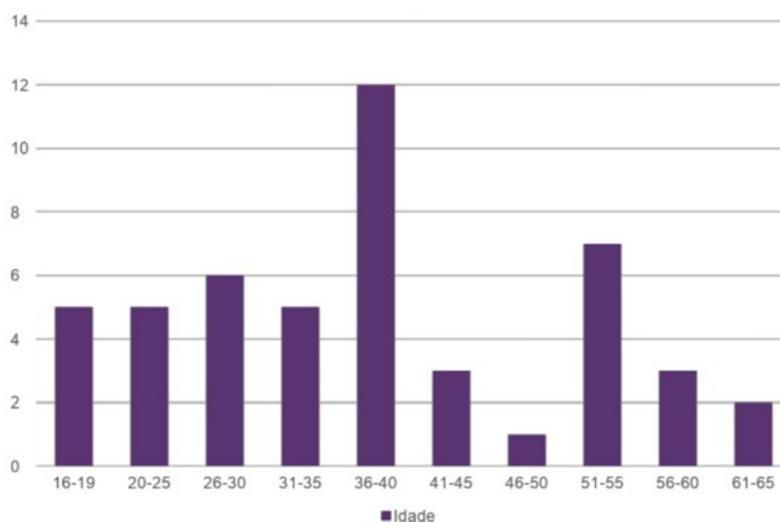
Ao todo foram ofertadas 50 vagas, e todas foram preenchidas. As inscrições foram feitas de forma presencial, na recepção do Cetep, através do preenchimento de uma ficha, que ficava disponível no local.

Para a averiguação do perfil das participantes, foram coletados dados que as mesmas forneceram no momento da inscrição presencial, sendo eles: idade, estado civil, escolaridade, bairro/cidade. Os dados foram

compilados em uma planilha pelas profissionais do Cetep, e, posteriormente, disponibilizados para a equipe extensionista. A partir desses dados, foram elaborados os gráficos abaixo, que permitem um conhecimento sobre o perfil das participantes.

Acerca da idade das participantes, observa-se a predominância de mulheres de 36 a 40 anos. O segundo grupo mais representativo foi o das mulheres de 51 a 55 anos.

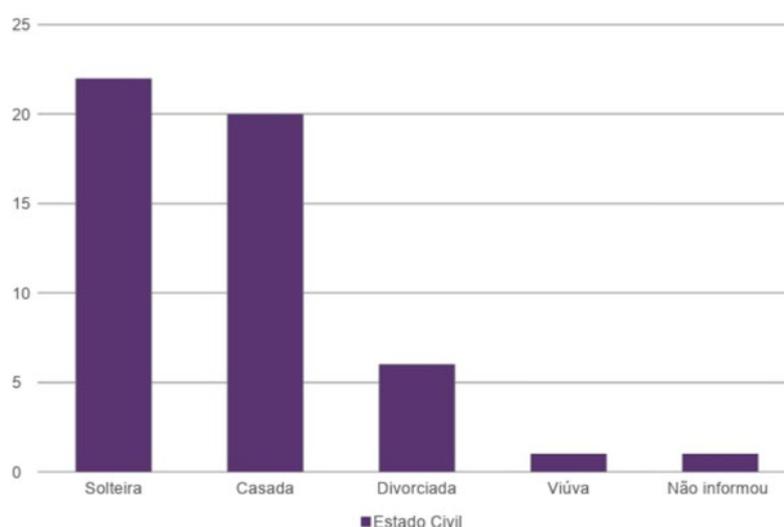
Gráfico 1: Idade das participantes



Fonte: dados originais das autoras.

No que se refere ao estado civil, observa-se a predominância de mulheres solteiras e casadas, com uma leve superioridade do primeiro grupo.

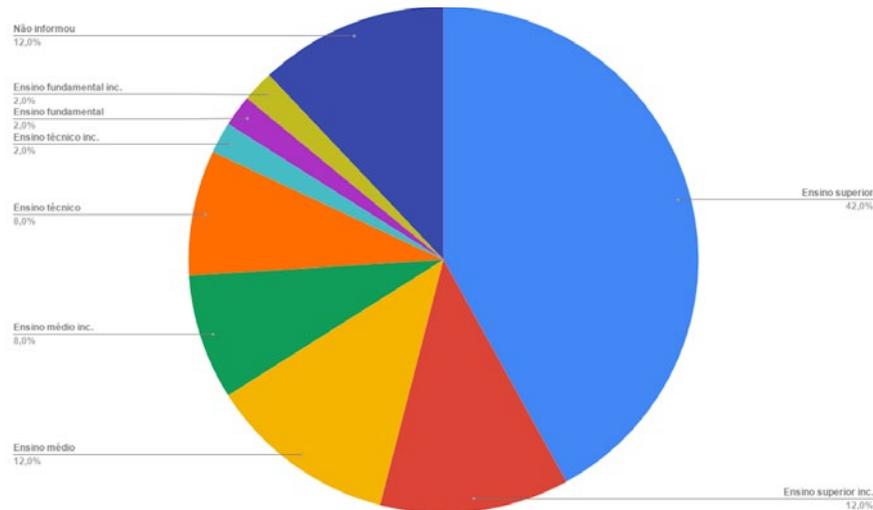
Gráfico 2: Estado civil das participantes



Fonte: dados originais das autoras.

Outra informação relevante obtida a partir dos dados coletados durante a inscrição das participantes foi acerca da variedade da formação/escolaridade destas, com predomínio de mulheres com o ensino superior completo. Dentre estas últimas, foi notada uma preponderância de mulheres advindas das áreas de Serviço Social e Psicologia.

Gráfico 3: Escolaridade das participantes



Fonte: dados originais das autoras.

A partir dos dados acerca do perfil das inscritas ficou notável para a equipe extensionista a diversidade do público atingido, o que pode ser um indício de como a temática dos direitos das mulheres interessa a uma grande parcela da população feminina, atraindo mulheres de diversas classes, raças, sexualidades, idades e profissões.

Ressalte-se que, no decorrer do curso, mulheres não inscritas entraram em contato com a organização para que pudessem estar presentes como ouvintes, ou as próprias participantes convidaram outras mulheres para estarem presentes. Por outro lado, algumas mulheres fizeram a inscrição prévia, porém não compareceram a nenhum encontro ou abandonaram o curso no decorrer do processo.

Sendo assim, foram feitas adaptações no público-alvo inicial, com a saída de algumas mulheres e posterior inserção de novas participantes. A possibilidade de inclusão de mulheres após o início do curso foi uma forma de aproveitar o interesse e mobilização crescentes em torno do tema – gerados pela divulgação do projeto na cidade – e, ao mesmo tempo, uma maneira de permitir um integral aproveitamento da estrutura (sala, cadeiras, material didático etc.) que estava sendo oferecida para a realização do curso. Apesar dessa modificação, a característica da diversidade permaneceu.

O início dos encontros se deu no dia 19 de setembro de 2019. A sala foi organizada em formato de roda, para possibilitar que todas pudessem se olhar e se sentir confortáveis para falar. Cada módulo possuía uma convidada, responsável por conduzir o encontro dentro de determinada área temática, e duas mediadoras – estudantes da UFF que faziam parte da equipe executora do projeto – que visavam estimular o diálogo e a participação.

Figura 3: Primeiro encontro do curso - Tema: mulher e seu lugar na sociedade



Fonte: imagem original das autoras.

A dinâmica usada em cada encontro ficava a critério das mediadoras e convidadas, sempre dentro de uma proposta de Educação Jurídica Popular. Dentre as estratégias pedagógicas utilizadas no decorrer do curso, pode-se destacar: vídeos, dinâmicas em grupo, a exposição da temática com questões chave para estimular a fala das mulheres ali presentes. Ao início de cada aula era entregue um “roteiro de aula”, elaborado pela convidada, com as informações principais acerca da temática.

A participação das alunas foi feita de forma livre, apenas com o levantar das mãos, sendo papel das mediadoras garantir que todas conseguissem falar. Dessa forma, foi possibilitada a construção de conhecimento de maneira coletiva, a partir de experiências de vida diversas, para que se possibilitasse um ambiente de troca constante e voz ativa.

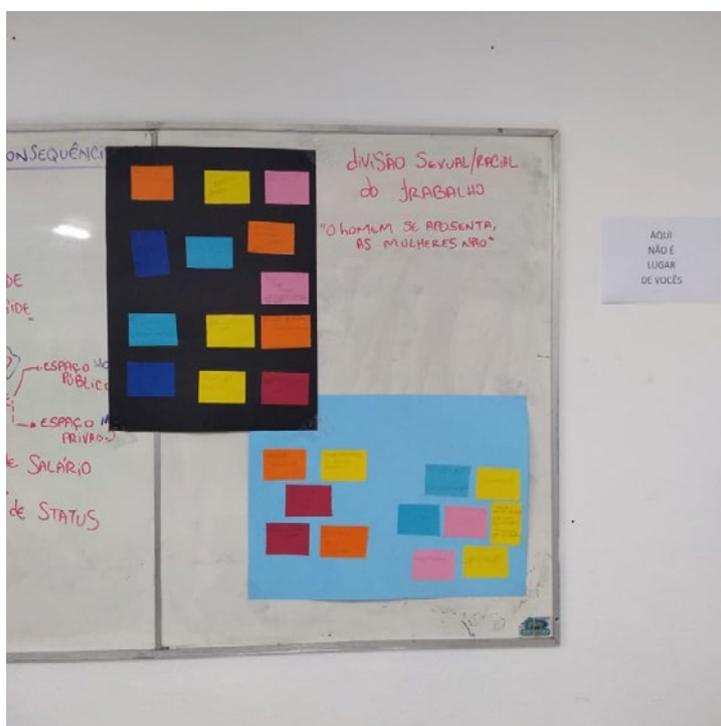
Apenas para exemplificar, no encontro com a temática da divisão sexual do trabalho, após a exposição da convidada, as participantes foram divididas em dois grandes grupos. Em seguida, foi pedido que elas debatessem sobre a temática da aula e escrevessem em uma cartolina palavras e frases sobre como elas se sentiam em relação ao mercado de trabalho e sua inserção nele, bem como ações que poderiam ser feitas para a mudança do atual cenário de desigualdade no mundo do trabalho.

Em relação ao que sentiam, as participantes escreveram palavras/expressões como “revolta”, “exaustão”, “limitação”, “desvalorização”, “diminuída”, “assédio velado”. Já sobre as ações, foram propostas as seguintes: cobrança de mais políticas públicas, mudanças no próprio posicionamento pessoal das mulheres (se impor, ser mais confiante), eleição de mais mulheres engajadas. Ao final, cada grupo escolheu uma mulher para apresentar o cartaz feito e expor o que foi debatido.

Esta atividade permitiu, além da construção coletiva de conhecimento acerca do tema, um debate sobre a mulher e o trabalho, tanto o realizado fora quanto aquele executado dentro de casa, algo que constitui parte imprescindível do cotidiano de inúmeras mulheres brasileiras.

Um dos grupos chamou a atenção para a naturalização dos papéis de gênero, ao escrever que: “a naturalização dos papéis de gênero ainda é muito forte. O trabalho da mulher, interno, é invisível, e o externo, fora do lar, é só uma complementação de renda. Essa é a cultura criada, não é natural”.

Figura 4: Material produzido pelas participantes no quinto encontro – Tema: divisão sexual do trabalho



Fonte: imagem original das autoras.

Em outro encontro, com a temática “educação como prática da liberdade”, as mediadoras convidaram as participantes a compartilharem, de forma oral, as suas experiências e as das mulheres de sua família sobre o processo educacional, para que juntas pudessem traçar as diferenças e semelhanças.

Foi perceptível, a partir dos relatos orais, o aumento do grau de escolarização de geração para geração. Em muitos relatos, isso foi associado ao esforço de mães e avós para garantir que suas filhas/netas pudessem alcançar um nível social maior, associando educação à ascensão social e independência.

No último encontro, após a exposição acerca do tema “mulher e a desigualdade racial”, foi feita uma confraternização entre as participantes e organizadoras do curso. Nesse dia, também foi trabalhada a questão “O que você espera do futuro das mulheres”? Como dinâmica de conclusão do curso, cada participante recebeu um pedaço de papel para que respondesse ao questionamento. Ao todo, foram 25 respostas.

A partir da pergunta, surgiram respostas como: “autonomia”, “liberdade”, “reconhecimento”, “direito iguais para todas as mulheres sem distinção de raça ou posição social”, “maior ocupação na vida política”, “dignidade”, “ser livre de qualquer tipo de violência e abuso”.

Ao final dos encontros, foi disponibilizado – via plataforma do Google – um questionário on-line não obrigatório e anônimo, para que as participantes pudessem opinar sobre o projeto, com perguntas abertas e fechadas. No total, 14 participantes responderam ao questionário.

O objetivo do questionário era, primeiramente, permitir que a equipe executora avaliasse o projeto. Além disso, o questionário possibilitaria que o público-alvo contribuísse para a construção de uma nova edição do curso, na medida em que as participantes apresentassem suas críticas, impressões e sugestões de novos temas.

Quando questionadas sobre qual temática sugeriram como um novo tema a ser abordado, surgiram respostas como: “maternidade”, “mulheres LGBTQs”, “mulheres indígenas”, “como as mulheres são afetadas pelas doenças mentais”, “masculinidade tóxica”, “mulheres e posição de liderança” e “mulheres e movimentos sociais”. Também foi sugerido que temáticas abordadas no curso – como “divisão sexual do trabalho” e “violência doméstica” – fossem aprofundadas.

Quando questionadas sobre como o curso poderia melhorar em suas próximas edições, muitas destacaram a necessidade de mais tempo de aula. Foram sugeridos, por exemplo, dois encontros semanais, três horas de aula, ou abordagem de duas temáticas por encontro. Também foi apontada a necessidade de maior divulgação e de mais vagas, além do aumento de dinâmicas em grupos.

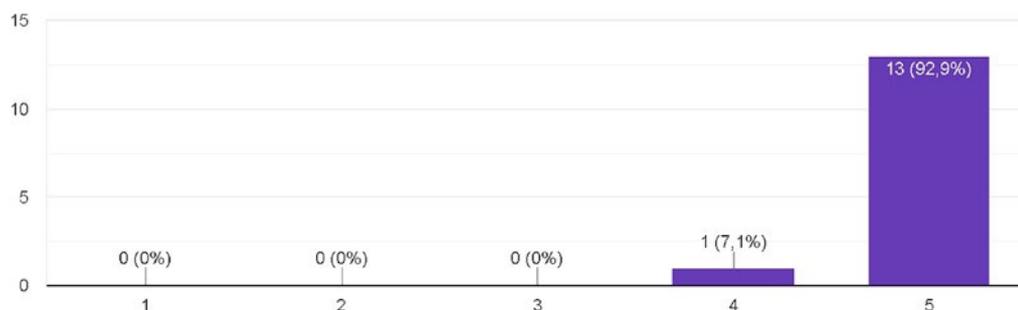
No questionário também foi perguntado se a participante indicaria o curso para alguma mulher do seu convívio, e todas responderam que sim.

Já sobre a avaliação do curso, era possível conferir notas de 1 (nota mais baixa) até 5 (nota mais alta), e o resultado foi o seguinte:

Gráfico 4: Avaliação das participantes

Como você avaliaria o curso?

14 respostas



Fonte: dados originais das autoras.

Por último, foi pedido que as alunas fizessem um breve relato sobre a sua experiência com o curso. Para a melhor exposição das respostas, foram atribuídos nomes de flores para cada participante.

Girassol relatou que é “grata por todo aprendizado e experiências compartilhadas”. Para *Tulipa*, o curso representou “um aprendizado que vou levar para vida inteira”.

Já *Lírio* escreveu que:

O curso sobre o Direito da Mulher, nos trouxe reflexões sobre nossas ações cotidianas, as nossas relações sociais com os pais, irmãos(Ã), parceiros (as), mostrando que a educação pode ser libertadora e o quanto ela é importante para a construção de uma rede de apoio e compartilhar conhecimento com todos ao redor.

No mesmo sentido, *Jasmin* disse que o curso trouxe muitas reflexões”, e expressou gratidão pelo momento. *Violeta* escreveu que “sem dúvida foi um curso libertador, cheio de trocas de saber”.

Para a participante *Bromélia*, a experiência foi fantástica. Ela também parabenizou as organizadoras e desejou que “continuem com o curso para agregar a outras mulheres”. *Margarida* relatou que “o curso trouxe confirmação do que pensava como mulher e não tinha certeza, e também trouxe novas informações que eu desconhecía como por exemplo a aplicabilidade da lei Maria da Penha”.

Para *Amarílis*, o curso foi engrandecedor e afirmou: “por mim duraria mais”. *Rosa* escreveu que obteve novos conhecimentos sobre o tema e fez amizades de um peso sem igual. *Magnólia* parabenizou a organização do projeto e desejou “que continuem politizando os conhecimentos para mais mulheres”.

4 Conclusões

O projeto "Elas por Elas", tendo como referência a Educação Jurídica Popular, objetiva, para além de apenas apresentar o saber universitário – mais especificamente, o saber jurídico – ao público-alvo, estabelecer uma troca genuína entre a universidade e comunidade. Assim, a ação extensionista se, por um lado, permite uma ampliação do conhecimento jurídico por parte do público-alvo, por outro, atende a uma demanda da universidade, no sentido de aproximar os seus discentes da sociedade, possibilitando uma formação mais integral e crítica das estudantes da UFF vinculadas ao projeto.

Ademais, o projeto procura conhecer o perfil e as necessidades jurídicas e sociais das mulheres participantes da atividade, atendendo também a uma demanda do poder público local. Pois, na medida em que a ação – articulando pesquisa e extensão – se propõe a levantar informações sobre um grupo específico, através da coleta de dados e posterior registro, pode propiciar, como um dos produtos finais, valioso material para promoção de políticas públicas voltadas a este grupo no município macaense.

Tendo em vista a impossibilidade de atingir toda a população feminina residente em Macaé, os cursos procuram sensibilizar as mulheres participantes do projeto para a importância da construção de redes de informação sobre os direitos das mulheres. Assim, espera-se que o projeto esteja gerando diversas “multiplicadoras”, que possam levar adiante o conhecimento adquirido/trocado nos encontros e contribuir para a ampliação da rede de proteção e promoção de direitos das mulheres, especialmente no contexto macaense.

Referências

DEMO, Pedro. Lugar da Extensão. In: FARIA, Dóris Santos de (Org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001, p. 141-158.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FULLIN, Carmen Silvia. Acesso à Justiça: a construção de um problema em mutação. In: SILVA, Felipe Gonçalves; RODRIGUEZ, José Rodrigo (Coord.). **Manual de Sociologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2013.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2.ed, 2017.

PINTO, Célia. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SABADELL, Ana Lúcia. **Manual de Sociologia Jurídica**, 7. Ed. Revista dos Tribunais. 2017.

SILVA, Marcos Antonio de Oliveira. **Educação Jurídica Social**. Niterói: UFF/Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, 2008. (Dissertação de Mestrado)

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da (Org.). **Introdução crítica ao direito das mulheres**. Brasília: CEAD, FUB, 2011. (Série O direito achado na rua; v. 5).

THEMIS – GÊNERO E JUSTIÇA. **A Experiência das Promotoras Legais Populares**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_themis_promotoras_legais_pop.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2015.

ZAIMAN, Claude. Educação e Socialização. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009, p. 80-84.g) catalogamos e organizamos o acervo já existente na Escola Municipal Brigadeiro Antonio de Sampaio, em Foz do Iguaçu.